

Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas)

JOHN MILIOS E GEORGE ECONOMAKIS*

Introdução

A observação de Nicos Poulantzas parece procedente quando afirma que “a definição da natureza de classe da pequena burguesia é o enfoque principal da teoria marxista das classes sociais”. Dito de outro modo, a maior parte dos problemas ou questões não resolvidas, relativas às análises de classe nas sociedades capitalistas contemporâneas, está relacionada às dificuldades da análise da pequena burguesia e, de um modo geral, das classes médias.

A seguir, pretendemos inicialmente formular, na segunda seção, certas posições com relação à nossa principal concepção da noção de modo de produção “puro” e de classes sociais. Na seção três daremos foco à determinação da situação de classe das classes capitalista e trabalhadora e da chamada nova pequena burguesia, enquanto, na seção quatro, tentaremos definir as classes médias que são formadas no interior dos modos ou formas de produção não capitalistas, sob dominação do capital. Passaremos então à seção cinco para resumir os argumentos da abordagem de Nicos Poulantzas – de acordo com a qual tanto pequenos empresários que exploram a força de trabalho assalariada, como produtores autônomos que não são

* John Milios é professor de Economia Política na National Technical University of Athens (john.milios@gmail.com) e George Economakis é professor assistente de Análise Econômica da University of the Aegean (geconomakis@fa.aegean.gr). Tradução: Lília Tavoraro. Revisão técnica: Patricia Trópia e Andréia Galvão.

“portadores”-“ocupantes” de nenhuma relação de exploração, são incorporados na chamada pequena burguesia tradicional, bem como as duas subcategorias básicas da pequena burguesia (tradicional e nova), pertencentes a uma mesma classe pequeno-burguesa.

Em seguida, submetemos esses argumentos à crítica. Mais especificamente, argumentamos, com enfoque na situação de classe e na posição de classe das classes médias,¹ que seria mais adequado tratar as duas subcoletividades da pequena burguesia não como uma fração da mesma classe, mas como duas classes distintas, as quais, da mesma forma, precisam ser distinguidas dos pequenos empresários, que constituem uma classe separada, a “média burguesia”. Finalmente, no epílogo, resumiremos nossas conclusões.

O conceito de modo de produção e classes sociais: definições básicas

Relações de produção e modo de produção

Seguindo criticamente as definições conceituais da “escola de Althusser”,² argumentamos que as relações de produção podem ser entendidas como a combinação entre *propriedade*, *posse* e *uso* dos meios de produção. O uso dos meios de produção é definido como realização exclusiva da função do trabalho efetivo, o qual significa participação – por um indivíduo ou agente coletivo – no processo de trabalho com vistas à produção de valores de uso (Carchedi, 1977, p.66). A propriedade como uma relação econômica consiste no controle dos meios, objetos e resultados do processo produtivo. Diferentemente da propriedade formal-legal, a propriedade como uma (real) relação econômica pressupõe a posse dos meios de produção, i.e., a gerência (direção) do processo produtivo, o poder de colocar os meios de produção em uso e a apropriação dos resultados mediante o uso dos meios de produção. Ou seja, a propriedade como relação econômica existe numa relação de homologia (coincidência-correspondência) com a posse (gerenciamento).³ Em caso de não homologia (não coincidência e não correspondência), a propriedade não é uma relação econômica, mas é (ou pode ser) uma relação puramente formal ou legal.

Um “modo de produção *puro*” se refere, portanto, à combinação particular dessas três relações fundamentais que dão forma às relações de produção. Essa combinação particular (a estrutura econômica de um modo de produção) constitui a “*matriz*” de um modo de produção e define qual dos três elementos estruturais

1 Pelo termo “classes médias” entendemos a totalidade não homogênea de classe das chamadas pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia e da classe que definimos como “média burguesia”. Nota técnica: os termos *class position* e *class stance* foram respectivamente traduzidos por *situação de classe* e *posição de classe*, para se referir à diferença entre a *inserção estrutural nas relações sociais de produção* e a *posição assumida na conjuntura*.

2 Ver principalmente Althusser (1976, 1984, 1986a), Althusser e Balibar (1986), Balibar (1983; 1986), Bettelheim (1968, 1970, 1973), Harnecker (2000), Poulantzas (1973a; 1975; 1976), Rey (s/d; 1973).

3 Para a distinção entre propriedade real (econômica) e posse, ver Jessop (1985, p.161).

constitutivos de um modo de produção (econômico, jurídico-político ou ideológico) é dominante, sendo que o elemento econômico desempenha, em todos os casos, o papel decisivo em última instância.

Em nossa análise, essas três relações são “o pequeno número de elementos que são sempre os mesmos” (Balibar, 1986, p.225). No entanto, eles são sempre os mesmos apenas em sua *definição geral* e no sentido de que são os componentes permanentes das relações de produção. Isso significa que essas três relações não devem ser consideradas como não alteráveis de um modo de produção para outro, como se fossem formadas por “elementos que não variam de um modo de produção para outro e que apenas se combinam *a posteriori*” (Poulantzas, 1976, p.78; Dedoussopoulos, 1985, p.161; Gerstein, 1989, p.123-125). Ademais, o conteúdo concreto dessas relações fundamentais depende não só de sua combinação específica (“matriz” de um modo de produção), mas também do *status* da dominação (do modo de produção dominante). (Althusser, 1986, p.98-99.)

Modo de produção, classes sociais fundamentais e intermediárias

Da consideração de que a combinação particular das relações de propriedade, posse e uso constituem a “matriz” de um modo de produção resulta que as (diferentes) classes sociais são formadas no interior de (diferentes) modos de produção como resultado de sua “matriz” e dos “ocupantes” e “portadores” das (funções dessas) relações. Classes sociais são, portanto, caracterizadas, de acordo com Althusser (1986, p.180), pelas relações de produção (ou seja, pelos lugares ou situações *estruturais* de classe) que elas “ocupam” (ou das quais são “ocupantes”), na medida em que são as “portadoras” das funções dessas relações. Aqui, Althusser segue a análise marxista segundo a qual os membros das classes são “incorporações” ou “personificações” de “atributos sociais específicos” – uma vez que as relações de produção de um modo de produção determinam os chamados “atributos sociais” –, e como tais são os “principais agentes” de um modo de produção (Marx, 1991, p.1019-1020).

As classes sociais em um modo de produção são definidas aqui como as classes sociais *fundamentais* desse modo de produção (os principais agentes de um modo de produção para usar a terminologia marxista). Do mesmo modo, definimos como *não fundamentais*,⁴ ou melhor, como classes sociais *intermediárias*, aqueles agrupamentos sociais (se é que eles existem) que não são “portadores” (e não são “ocupantes”) das relações fundamentais, i.e., classes que não incorporam apropriadamente um “atributo social” específico, ou discernível, no nível do modo de produção.

4 Essa distinção entre classes sociais fundamentais e não fundamentais é irrelevante para a distinção entre “classes fundamentais e subsumidas”, que corresponde “à distinção entre produção e distribuição de mais-valia (Resnick e Wolff, 1982, p.2 et seq.) ou lucros (Resnick e Wolff, 2002).

Isso também se aplica para o processo de produção que não envolve a apropriação de mais-valia. Tal processo constitui, de acordo com Poulantzas (1973a), uma *forma de produção* (diferente do conceito de modo de produção, que pressupõe relações de exploração).

Modo de produção, formação social e configuração de classe

Em uma dada formação social, que “tem uma história, cultura, economia e organização política específica” (Goodman e Redclift, 1982, p.59), mais modos de produção, em complexa configuração de classe, podem existir. Dessa forma, a análise de classe de uma sociedade deve começar pela análise dos diferentes modos de produção (Milios, 1999). A articulação dos diferentes modos de produção é sempre realizada sob a predominância de um modo de produção particular. O campo dessa articulação em uma sociedade onde predomina o modo de produção capitalista (MPC) é a esfera de circulação (Economakis, 2000).

O MPC e a dinâmica do desenvolvimento capitalista *podem* (e em regra o fazem) *coexistir* com modos ou formas não capitalistas de produção – que formam modelos peculiares de reprodução sob a dominação do capital⁵ (ver a seguir). O MPC e o sistema de dominação capitalista – capitalismo – não são sinônimos ou idênticos. Dessa forma, as classes do MPC não são apenas classes de uma formação social capitalista (Gerstein, 1989). “Nenhuma formação social envolve apenas duas classes, mas as duas classes fundamentais [ou básicas em nossa terminologia, J.M. & G.E.] de qualquer formação social são aquelas do modo de produção dominante naquela formação” (Poulantzas, 1975, p.22).

Nós concordamos que em sociedades específicas há uma complexa configuração de classe. Isso se deve não somente à articulação de mais de um modo ou formas de produção (nível de relações econômicas), mas também pela seguinte razão: as classes podem ser formadas como parte do exercício funcional do poder social (econômico, político, ideológico) da classe dominante. Essas funções podem ser confiadas a grupos sociais que não pertencem à classe dominante. Essas classes, uma vez que não são formadas no interior de um modo ou forma de produção, ou seja, no nível econômico, devem ser caracterizadas como classes sociais intermediárias, como classes que não são “portadoras” e “ocupantes” das relações que dão forma às relações de produção no interior de um modo de produção.

Essa abordagem não exclui a existência de camadas sociais sem filiação de classe.⁶ Contudo, a investigação dessa questão nos distanciaria dos propósitos do presente artigo.

5 Isso quer dizer que em nossa investigação nós não “classificamos modos de produção de acordo com a ‘dinâmica’ do sistema como um todo” (Richards, 1986, p.9), como o faz J. Banaji (1976; 1977), mas sim conforme sua “matriz”: “o modo de produção se refere exclusivamente ao *fundamento* das relações de classe, não às relações de classe em si” (Milios, 2000, p.295).

6 A tese de filiação de todos os grupos sociais em uma classe foi proposta por Nicos Poulantzas (1973a; 1975), e o oposto por Martha Harnecker (2000).

Em todo caso, as considerações expostas significam que em nossa investigação propomos levar em conta que as classes sociais não devem ser definidas *exclusivamente* no interior dos modos ou formas de produção – o que torna determinante o papel das relações econômicas no processo de formação de classe (Laclau, 1977, p.128 et seq.) –, mas que “as classes são definidas *principalmente* (mas não *exclusivamente*) pelo seu lugar nas relações de produção” (Jessop, 1985, p.165, 160 [grifos nossos]). Em consonância com a “tradição althusseriana” (Jessop, 1985, p.170), isso significa “que uma completa definição de classes deve ser elaborada em termos [de fatores] econômicos, políticos e ideológicos” (Carchedi, 1977, p.43).

Modo de produção capitalista e classes sociais

O conceito do modo de produção capitalista⁷

O MPC surge com base em um duplo movimento histórico: a emancipação dos produtores imediatos da vassalagem feudal ou asiática e sua separação dos meios de produção (e subsistência), que eles possuíam sob tais condições históricas, em benefício da nova classe exploradora (Marx, 1990). Esse duplo movimento, que cria o trabalhador livre no duplo sentido (indivíduo livre e expropriado) (Marx, 1990, p.272-273), transforma massivamente a força de trabalho em uma mercadoria (Marx, 1990; 1993) e constitui o que podemos chamar de *característica elementar* da “matriz” do MPC (“puro”). Essa característica elementar pode ser chamada de *homologia da relação de propriedade e posse* na classe “portadora”-“ocupante” da propriedade (propriedade real), que se dá pela separação dos produtores imediatos livres da posse dos meios de produção. Propriedade real significa que os trabalhadores livres trabalham em benefício da classe “portadora”-“ocupante” da propriedade, sem que, para tanto, seja necessária qualquer coerção extraeconômica (elemento econômico dominante).⁸

7 Seguimos a tese segundo a qual “trabalho produtivo” do ponto de vista do processo de produção é o trabalho pago pelo capital variável. Da mesma forma, “produção”, do ponto de vista do processo de produção capitalista, é qualquer processo no qual a força de trabalho é imediatamente trocada por capital. Contudo, nós devemos salientar que uma divergência de interpretação surgiu na bibliografia marxista com relação a se, no processo de circulação, o capital deveria ser considerado produtivo ou não produtivo. Essa divergência reflete uma contradição teórica correspondente na obra de Marx. Nos *Grundrisse*, assim como no primeiro volume de *O capital* (Marx, 1993; 1990), Marx considera todas as formas de capital como sendo igualmente produtivas (enquanto produtoras de mais-valia). No entanto, no volume três de *O capital* (Marx, 1991), Marx considerou capital no processo de circulação como não produtivo. Vários teóricos marxistas (mais notavelmente Poulantzas, 1975, p.209-223) (ver abaixo) abraçam esta última interpretação. (Para uma revisão das contradições no interior da teoria marxista e entre marxistas em relação ao conceito de trabalho produtivo ver também, entre outros trabalhos, Resnick e Wolff, 1982, p.6-10.)

8 Nos modos de produção pré-capitalistas (feudal e Asiático), ao contrário, a propriedade dos meios de produção pela classe dominante nunca era completa. A classe dominante tinha sob sua propriedade os meios de produção, mas as classes trabalhadoras/dominadas ainda mantinham a posse dos meios de produção. Esse fato está relacionado a características correspondentes significativas na estrutura dos níveis sociais políticos e ideológicos também. A exploração econômica teve como seu elemento complementar a coerção política direta (Marx, 1991, p.927 et seq.).

Contudo, nós defendemos que a característica elementar da “matriz” do MPC não é a característica *especificamente capitalista* e, portanto, não pode sozinha definir os reais proprietários dos meios de produção (o “portador” e “ocupante” da propriedade real) como a classe capitalista, tal como o exemplo da análise de Albritton (2000, p.150) sugere.

De acordo com Marx (1990, p.423, 439, 453), para que a relação entre o proprietário real dos meios de produção e o trabalhador exista como relação entre capital e trabalho, um pré-requisito qualitativo precisa estar presente, que nada mais é do que a escala quantitativa de produção: *certo número de trabalhadores que estão sob o comando do mesmo capitalista*. Assim sendo, o MPC tem como marca principal o aumento do número de trabalhadores produzindo coletivamente o mesmo tipo de mercadoria. Desse modo, para que o verdadeiro dono (ou proprietário) dos meios de produção apareça como “capital” (supervisão e direção do processo) e o produtor imediato como “trabalho”, a escala de produção, e, portanto, a magnitude do capital empregado pelo indivíduo empreendedor (e, portanto, o número de assalariados empregados por ele/ela de uma vez) deve ser de tal ordem que *o capitalista esteja absolutamente afastado do trabalho efetivo*: seu ganho (lucro) depende da magnitude de seu capital total adiantado e não de seu (do/da capitalista) trabalho e, portanto, o processo de trabalho está exclusivamente sob exploração direta de agentes outros que não aqueles participantes (diretos) do processo de trabalho (Marx, 1990, p.1020, 1022, 1027, 1035). Apenas sob essa ótica os capitalistas são “não trabalhadores” e “os meios de produção [...] são propriedade dos não trabalhadores (capitalistas)” (Hindess e Hirst, 1979, p.10). A esse completo distanciamento dos proprietários reais da necessidade de eles mesmos trabalharem diretamente podemos chamar de condição necessária do MCP. Essa condição necessária transforma a característica elementar da “matriz” do MCP (puro) em uma característica específica.

A formação da propriedade capitalista real pressupõe o completo distanciamento dos capitalistas da *necessidade* de eles próprios trabalharem, mas não pressupõe que capitalistas como sujeitos individuais sejam simultaneamente os proprietários legais dos meios de produção. A questão tem a ver com a separação entre propriedade legal e posse dos meios de produção: Marx já havia observado que “em companhias de capital social, a função é separada da propriedade do capital” (1991, p.568). É evidente que a questão da situação de classe dos administradores/gerentes do alto escalão também é relevante: “Os agentes administradores que exercem diretamente esses poderes [do capital] e que cumprem a ‘função do capital’ ocupam o lugar do capital, e, dessa forma, pertencem à classe burguesa mesmo que não detenham a propriedade legal formal” (Poulantzas, 1975, p.180).

A separação dos trabalhadores da posse dos meios de produção tem, como sua contrapartida, nos níveis político e ideológico da sociedade, a sua transformação em cidadãos livres (sujeitos de direitos legais, cada um sendo proprietário de si mesmo/si mesma e, portanto, de sua força de trabalho), com tudo o que isso implica para as características estruturais do estado capitalista e a ideologia dominante.

Revela-se, dessa forma, que a classe capitalista detém não só o poder econômico, mas também o poder político, não porque os capitalistas necessariamente ocupam os principais e mais altos postos políticos do Estado, mas porque a estrutura do elemento político nas sociedades capitalistas, e mais especificamente do Estado capitalista (sua organização hierárquica-burocrática, sua função “sem classe” com base na força da lei etc.), corresponde e assegura a preservação e reprodução da completa dominação da classe capitalista. Da mesma forma, torna-se evidente que a estrutura da ideologia burguesa dominante (a ideologia de direitos individuais e iguais etc.) corresponde à perpetuação e reprodução da ordem social capitalista e dos interesses duradouros da classe capitalista. A ideologia dominante constitui, assim, um processo de consolidação dos interesses da classe capitalista, precisamente por meio de sua materialização como *modus vivendi* não apenas da classe dominante, mas também, de forma modificada, das classes dominadas (Marx, 1990, p.899).

A classe capitalista, a classe operária e a nova pequena burguesia

De acordo com Marx (1990, p.458, 468), é na manufatura (na subsunção formal do trabalho ao capital) que “o trabalhador coletivo produto da combinação de vários trabalhadores individuais” tem sua origem como “mecanismo vivo da manufatura”. “[...] Com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* [...] a *verdadeira* global do processo global de trabalho é cada vez menos o trabalhador individual” (1990, p.1039-1140).

Marx, então, argumenta:

Alguns trabalham melhor com suas mãos, outros com suas cabeças, um como gerente, engenheiro, técnico, etc., o outro como supervisor, o terceiro como trabalhador manual ou mesmo servente. Um número cada vez maior de tipos de trabalho é incluído no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e aqueles que o realizam são classificados como *trabalhadores produtivos* [...]. Se considerarmos o trabalhador coletivo [...] aí nós vemos que sua atividade combinada resulta materialmente num produto agregado [...] E aqui é irrelevante se o trabalho de um determinado trabalhador, que é meramente um membro desse trabalhador coletivo, guarda uma distância maior ou menor do trabalho manual real (Marx, 1990, p.1040).

Dessa forma, esse trabalhador coletivo (ou agregado) é identificado com o trabalho produtivo. O gerente (não o gerente *superior*), o engenheiro, o técnico, o supervisor, o trabalhador manual constituem esse trabalhador coletivo, o qual, portanto, está no nível da divisão técnica do trabalho, no processo de produção capitalista, como aquele que realiza o trabalho geral-combinado, que é identificado com o total de assalariados (trabalho-produtivo-trabalhadores-produtivos).

Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem... • 63

Observamos que as classes fundamentais de um modo de produção são os “portadores” (e “ocupantes”) de relações (diversificadas) fundamentais que moldam as relações de produção: propriedade, posse e uso dos meios de produção. A *classe capitalista* é a “portadora”-“ocupante” da (capitalisticamente formada) propriedade real. A outra classe do MPC é a *classe operária*, entendida como sendo a “portadora”-“ocupante” do terceiro componente da relação, a relação de uso, a realização exclusiva da função de trabalho efetivo no interior do processo de trabalho capitalista. Desse ponto de vista, as classes fundamentais do MPC são as classes operária e capitalista, uma vez que elas incorporam adequadamente um “atributo social específico” ou discernível, e, conseqüentemente, as classes operária e capitalista são as classes básicas de uma formação social capitalista.

A questão é, então, a seguinte: é o trabalho (capitalisticamente) contratado (ou seja, produtivo), com todos esses diferentes tipos de trabalho incluídos – a uma distância maior ou menor do trabalho manual real –, a mesma coisa que a classe “portadora”-“ocupante” da relação de uso, ou seja, que a classe operária? Marx escreve:

Assim que o primeiro capitalista se livra do trabalho efetivo tão logo seu capital alcance a quantia mínima com a qual a produção capitalista, propriamente falando, primeiramente se inicia, ele entrega o trabalho da supervisão direta e constante dos trabalhadores individuais e grupos de trabalhadores a um tipo especial de trabalhador assalariado. Um exército de trabalhadores sob o comando de um capitalista requer, assim como em um exército de verdade, oficiais (gerentes) e sargentos/subcomandantes (capatazes, supervisores), que exercem o comando durante o processo de trabalho em nome do capital. O trabalho de supervisão se torna sua função estabelecida e exclusiva (Marx, 1990, p.450).

Vemos, assim, que no interior do trabalho coletivo, um exército industrial de um tipo específico de trabalhadores assalariados é formado (gerentes de nível mais baixo, supervisores), cuja função exclusiva é o trabalho de gerência-supervisão (*diferentemente da realização do trabalho manual efetivo*). Conseqüentemente, os assalariados que pertencem a essa categoria especial de trabalho assalariado não realizam *exclusivamente* a função de trabalho (relação de uso), mas, ao contrário, *exercem poderes do capital*. Assim, embora façam parte do trabalhador coletivo, i.e., dos trabalhadores produtivos – trabalhadores diretamente explorados pelo capital –, eles também “funcionam como capital” e, portanto, não são “incorporações” ou “personificações” de um “atributo social específico”, ou completamente discernível, no nível do modo de produção.⁹ Ou seja, apesar de estarem sujeitos à exploração capitalista, eles não constituem elementos *prima facie* nem

⁹ Sobre a “dupla natureza” do trabalho de supervisão e gerência”, ver Marx (1991, p.507-508).

da classe “portadora”-“ocupante” da relação de uso, i.e., da classe operária, nem da classe “portadora”-“ocupante” da propriedade real, i.e., da classe capitalista (Poulantzas, 1975, p.228-229). Desse modo, eles não pertencem a nenhuma das classes fundamentais do MPC e, conseqüentemente, constituem parte de uma classe social intermediária, que está situada entre as classes operária e capitalista. Essa classe social intermediária é a chamada *nova pequena burguesia*.¹⁰ Pertencem também a essa classe engenheiros e técnicos, os quais, na verdade, realizam formas específicas de trabalho de gerência-supervisão, que emanam da divisão especificamente capitalista entre ciência e experiência, conforme demonstra Poulantzas (1975, p.234, 236-237, 239-241).

Contudo, “[...] certas diferenciações podem, claro, ser estabelecidas entre estes engenheiros e técnicos [...] conforme eles estejam localizados em filiais ou indústrias nas quais eles efetivamente dirigem ou comandam os trabalhadores manuais, ou em filiais onde eles mesmos constituem a principal força de trabalho” (Poulantzas, 1975, p.242). No segundo caso eles se tornam a classe “portadora” da relação de uso e pode surgir o processo de “proletarização das tarefas intelectuais” (Pestieau, 1998).

Observamos apenas que as distinções entre trabalho intelectual e manual e entre ciência e experiência são compreensíveis somente em sua contradição e historicidade (Gramsci, 1971; Poulantzas, 1975; Balibar, 1983).

Digressão: limitação da classe operária de Poulantzas e expansão da nova pequena burguesia

Poulantzas argumenta que “[a] classe operária não é definida por um critério negativo simples e intrínseco, sua exclusão das relações de propriedade, mas pelo trabalho produtivo” (1975, p.210). Conseqüentemente, ele argumenta que a nova pequena burguesia se restringe ao trabalho não produtivo. Ele também defende a ideia de que “trabalho produtivo, no modo capitalista de produção”, é o trabalho que produz mais-valia, “reproduzindo diretamente os elementos materiais que servem de substrato para as relações de exploração: trabalho que é diretamente envolvido na produção material através da produção de valores de uso que aumentam a riqueza material” (Poulantzas, 1975, p.216). Dessa forma, de acordo com Poulantzas, os assalariados que não produzem novos valores de uso na sua forma física são não produtivos, e, portanto, não constituem parte da classe operária: “assalariados no comércio, propaganda, marketing, contabilidade, bancos e companhias de seguro [...] não formam parte da classe operária” (Poulantzas, 1975, p.211). Em nossa opinião, não apenas é equivocada a apreensão de Poulantzas do conceito marxista de trabalho produtivo, como também é equivocado o uso de

10 O trabalhador que exerce a supervisão ou gerência corresponde ao que Carchedi (1977, p.62-92) define também como a “nova classe média”, que realiza “tanto a [...] função do capital como a função do trabalhador coletivo”.

trabalho produtivo como critério de definição de classe (Harnecker, 2000, p.105). De acordo com nossa análise, todos os assalariados, tal como os vendedores, pertencem à classe operária, não porque eles são produtivos (e eles o são enquanto pessoal assalariado por capital variável), mas no sentido de que eles realizam exclusivamente a função de trabalho efetivo (manual) no interior do processo de trabalho (produtivo) capitalista, sem desempenhar quaisquer funções de direção nesse processo, ou seja, no sentido de que eles são os “soldados comuns” desse processo, para usar a terminologia de Pannekoek.¹¹ Ademais, para Poulantzas, o critério de trabalho produtivo não tem utilidade no caso dos membros da classe não trabalhadora que compõem parte do trabalhador coletivo (produtivo), tal como engenheiros, técnicos etc.

O Estado e a nova pequena burguesia: discussão adicional

Definimos acima a nova pequena burguesia como classe intermediária do MPC, que exerce poder no interior do processo de trabalho em nome do capital, e que é, ao mesmo tempo, objeto de exploração capitalista. Seguindo Poulantzas (1973a; 1975), sustentamos que a nova pequena burguesia inclui também todos aqueles assalariados que formam o quadro de funcionários do aparelho estatal e, desse modo, exercem o poder em nome do sistema capitalista no processo de sua reprodução.

A questão que se coloca é: por que diferentes agrupamentos e agentes sociais pertencem à mesma classe social, apesar de desempenharem papéis diferentes na divisão capitalista de trabalho (produção capitalista em relação ao aparelho estatal)? A resposta é: *porque eles exercem o mesmo tipo de funções sociais no interior da reprodução capitalista*, embora em diferentes níveis.

Desse modo, a *nova classe pequeno-burguesa* é a *classe social intermediária* do capitalismo, que inclui assalariados que não fazem parte da classe operária, precisamente por causa da sua posição na rede de funções envolvidas no exercício do poder capitalista (econômico, político, ideológico). Por sua vez, esses elementos não fazem parte da classe capitalista, na medida em que não são proprietários dos meios de produção (capitalistas).

A *nova pequena burguesia* é o produto que emerge do quadro de pessoal dos aparelhos e processos de *exercício do poder capitalista* (no interior das formações sociais existentes) com elementos que não constituem parte da classe dominante e que são frequentemente sujeitos à exploração capitalista direta. Esta inclui as seguintes funções:

- (i) funções que asseguram a extração da mais-valia, tais como supervisão-comando-controle do processo de produção (técnicos, engenheiros etc.);

11 “[...]Supervisores, trabalhadores qualificados, engenheiros, gerentes de departamentos, chefes etc. [...] formavam uma hierarquia completa de oficiais; eles eram os oficiais e subalternos do exército da indústria, um exército no qual grandes capitalistas são os generais e os trabalhadores soldados comuns” (Pannekoek, 1909).

- (ii) funções que asseguram a coesão do poder político capitalista (burocracia estatal, aparato jurídico, militar etc.);
- (iii) funções em prol da sistematização e disseminação da ideologia dominante, tais como educação (Pannekoek, 1909).

Essa [classe] inclui, portanto, tanto os assalariados produtivos (i.e., aqueles que trocam seu trabalho por capital e produzem mais-valia) – categoria (i) –, como os assalariados não produtivos (i.e., aqueles empregados no setor público [não empresarial] e que não produzem mais-valia)¹² – categorias (ii) e (iii).

A nova pequena burguesia não constitui um fenômeno de uma “fase contemporânea” do capitalismo, mas aparece desde o primeiro período de sua dominação, juntamente com o Estado burguês e a indústria (Marx, 1991, p.510).¹³

Modos/formas não capitalistas de produção e classes sociais

Postulamos como critério determinante (precondição necessária) para a definição do MPC a completa separação do proprietário real do trabalho. Isso implica que, nas condições em que não ocorre uma completa separação ou, mesmo, nas condições em que existe um completo engajamento do proprietário real no processo de trabalho, há (ou pode haver) visivelmente modos ou formas de produção não capitalista no interior do sistema capitalista. Este último é o caso da chamada produção simples de mercadoria (PSM). O primeiro é o caso de um modo de produção que definimos como híbrido (MPH) (Economakis, 2000; 2005).¹⁴

A produção simples de mercadoria e a pequena burguesia tradicional

Marx escreve, com relação aos “artesãos independentes ou aos camponeses independentes que não empregam trabalhadores e que, portanto, não produzem como capitalistas” (1975, p.407-409), que:

eles são produtores de mercadorias [...] não vendedores de trabalho [...] sua produção não constitui um modo capitalista de produção [...] O camponês ou artesão independente divide-se em duas pessoas. Como proprietário dos meios de produção ele é capitalista; como trabalhador ele é seu próprio trabalhador assalariado [...] Mas no caso em que se refere ao produtor – o trabalhador – é o que detém a posse; é o proprietário dos seus meios de produção. Portanto eles não são capital [...] Mas o fato de ele ser capaz de se apropriar *para si mesmo* de todo o produto

12 Conforme apontam Resnick e Wolff (1982, p.5-6; 2002), o salário dessas frações de classe vem da “distribuição de mais-valia extraída pelos capitalistas dos trabalhadores produtivos”.

13 “Poulantzas (1973b) argumenta o oposto, atribuindo a nova pequena burguesia à “fase monopolista” do capitalismo. Para uma análise crítica ver Milios (2000).

14 Aqui, “produção” é qualquer processo que envolve custos proporcionando mercadorias. No caso do MPH, o processo de produção pressupõe também limites à contratação de trabalho pago pelo capital (ver abaixo).

de seu próprio trabalho [...] de ele tomar posse de seu próprio trabalho excedente [...] ele deve não ao seu trabalho [...] mas ao fato de que é proprietário dos meios de produção [...] Uma pessoa une funções separadas. Aqui emerge de forma muito surpreendente o fato de que o capitalista como tal é apenas uma função do capital, o trabalhador uma função da força de trabalho.

Interpretada nos termos das nossas definições analíticas, a tese de Marx se refere a uma combinação histórica particular das três relações fundamentais que dão origem às relações de produção (ou seja, a uma “matriz” histórica específica): homologia da relação de propriedade e posse (propriedade real) com uso, i.e., coincidência entre propriedade real e uso, em uma classe “portadora”-“ocupante”. Consequentemente encontramos aqui, no sistema de dominação capitalista, uma *forma de produção* não capitalista historicamente peculiar¹⁵ (Murray, 2000; Milios et al., 2002). A predominância do MPC implica que produtores independentes de mercadorias simples *precisam* produzir para o mercado a fim de sobreviver (dentro de condições competitivas) como tais. Isso significa que a produção é para o mercado, sem que qualquer forma de coerção extraeconômica seja requerida (elemento econômico dominante). Nessa produção simples (“pura”) de mercadoria,¹⁶ *uma classe social* é definida, a *pequena burguesia tradicional*. A pequena burguesia tradicional é, assim, a classe historicamente peculiar do capitalismo, que funde em uma só pessoa (em uma situação de classe) a função de capital (propriedade mais posse dos meios de produção) com a função do trabalho (uso dos meios de produção). Entretanto, essas funções condensadas deixam de ser funções do capital e trabalho. Dessa forma, a combinação histórica peculiar da homologia de propriedade, posse e uso, como “uma coexistência esquizofrênica do burguês e do proletário ‘em uma só pessoa’” (Harrison, 1977, p.328), estabelece uma continuidade histórica das três relações que dão forma às relações de produção. Propriedade real e uso são, desse modo, funções inseparáveis de “uma entidade coletiva que consiste em todos os membros da família envolvidos direta ou

15 Conforme já havíamos relativamente admitido antes, chamamos a “forma” de produção de mercadoria simples aquela em que a produção de mercadoria simples não envolve, no seu interior, a apropriação de lucro. (Ver também a seguir.)

16 A produção simples de mercadoria é conhecida na literatura sociológica e econômica (especificamente marxista, desenvolvida em relação primordial com a questão da inserção da agricultura no capitalismo). É um campo teórico onde há grandes discordâncias entre os pesquisadores. O ponto crucial dessa discordância diz respeito à questão da exploração e identidade de classe de produtores simples de mercadoria. Aqui nós encontramos diferentes versões teóricas, como aquelas de Banaji (1976, 1977), Vergopoulos e Amin (Vergopoulos, 1975; Amin e Vergopoulos, 1974), e Chevalier (1982; 1983), que compartilham a visão de produtores simples de mercadoria como proletários “assalariados por peça”. Para uma crítica dessas abordagens ver, entre outros trabalhos, Martin (1977), Goodman e Redclift (1982), Dedoussopoulos (1985), Economakis (2000). Não nos propomos a rever essas abordagens, mas devemos nos restringir a uma apresentação sumária de nosso próprio argumento.

indiretamente no processo (técnico) de produção”, que é organizado “com base nas relações de parentesco no interior da unidade familiar elementar” (Dedousopoulos, 1985, p.172-173), ou seja, com base no trabalho doméstico não pago. A formação dessa entidade coletiva, baseada na coincidência da propriedade real com uso em uma só classe “portadora”, significa que a propriedade real *não leva a relações de exploração no interior dessa forma de produção* (Dedousopoulos, 1985, p.146,171-172). Se há qualquer relação de exploração, esta deve ser buscada na esfera da circulação, na forma de impostos etc. (Marx, 1975, p.407).

Seguindo a visão de que o processo de trabalho da produção simples de mercadoria não implica relações de exploração no seu interior, fiquemos atentos para o fato de que não estamos considerando a questão da existência ou não de relações de exploração *no interior* da entidade coletiva (família). Uma resposta a essa questão é dada por Resnick e Wolff (2002, principalmente no capítulo 7), que, ao analisarem o ambiente doméstico soviético, propõem um conceito de relações interfamiliares como relações de classe de tipo feudal. Embora não tenhamos a intenção de rever a questão da natureza das relações interfamiliares nesse trabalho, observaremos que a posição de Resnick e Wolff é, em nossa opinião, deficiente, ou ao menos problemática. Uma primeira ponderação diz respeito à seguinte questão: as relações interfamiliares poderiam ser reduzidas a relações de produção (ao conceito de modo de produção)? Deixando de lado esse primeiro ponto, nossa segunda objeção se refere ao fato de que essa abordagem não leva em consideração que, conforme já observamos, o conteúdo concreto das relações que dão origem às relações de produção depende também do *status* de dominação (modo de produção dominante). Desse ponto de vista, as relações interfamiliares da entidade coletiva da produção simples de mercadoria, como relações de uma entidade de produtores de mercadoria no interior do sistema capitalista de dominação e relações de mercado, não podem ser analisadas como se fossem relações de uma entidade sob um sistema feudal.

Qual é, contudo, o modelo de reprodução da produção simples de mercadoria?

Segundo Marx, “aqui [...] a produção [...] segue sem ser governada pela taxa geral de lucro” (1991, p.946).

A exploração do pequeno proprietário camponês não é limitada pela média de lucro sobre o capital [...]. A única barreira absoluta que ele enfrenta como pequeno capitalista é o salário que ele paga a si próprio, após abater de suas despesas reais. Ele cultiva sua terra enquanto o preço do produto for suficiente para que ele cubra seu ganho; e, com frequência, ele o faz a um custo físico mínimo (Marx, 1991, p.941-942).

A competitividade da produção simples de mercadoria é, portanto, baseada no aumento da “autoexploração”, que se expressa por meio da redução dos “níveis

de consumo” e, em geral, como “arrocho” dos termos de reprodução simples (“desvalorização de [...] tempo de trabalho”) (Bernstein, 1979, p.429).

Nessa direção de análise pode-se inferir que a produção simples de mercadoria “designa” uma forma peculiar de produção no interior do capitalismo,

cuja lógica é a subsistência no sentido amplo da reprodução simples dos produtores e da unidade de produção (caracteristicamente a unidade doméstica) [...] de forma muito esquemática podemos dizer que a produção simples de mercadoria difere da produção capitalista de mercadoria pela sua “lógica” de subsistência (satisfazendo as necessidades da reprodução simples), ao contrário da lógica da apropriação e realização da mais-valia e da acumulação de capital (Bernstein, 1979, p.425).

E, também, “aqui o ‘limite da exploração’ é igual, em princípio, aos custos da reprodução simples. [...] A subsistência permanece sendo o objetivo da produção” (Banaji, 1977, p.33).

Ademais, segundo Dedoussopoulos,

a tentativa de maximização de lucro destrói a reprodução da unidade familiar enquanto unidade combinada de produção e consumo levando a um *deslocamento permanente* da força de trabalho excedente [...] A mentalidade da reprodução da unidade familiar se expressa por meio de deslocamentos temporários ou permanentes de alguma força de trabalho excedente numa tentativa de adquirir rendimentos adicionais provenientes de trabalho assalariado que contribuam para a manutenção/reprodução da família como unidade de produção e consumo (Dedoussopoulos, 1985, p.198).

Esses rendimentos adicionais provenientes do trabalho assalariado de membros da família constituem o *status* de semiproletarização de acordo com Lênin (1961) (Dedoussopoulos, 1985, p.152).

O modo de produção híbrido e a média burguesia

Diferentemente da produção simples de mercadoria, o modo de produção híbrido aparece como combinação histórica particular distinta de três relações fundamentais que dão origem às relações de produção (“matriz”), i.e., como um modo de produção histórico (“puro”) distinto. O modo de produção híbrido é o modo de produção do sistema de dominação capitalista no qual o trabalho não pago (familiar) coexiste com o trabalho marginal, mas permanentemente contratado (não familiar). Com base nessa definição, concluímos que há uma especificidade nesse modo de produção.

70 • *Crítica Marxista*, n.32, p.57-84, 2011.

Ele é formado por uma conjunção de elementos que tem origem nas (ou são relacionadas às) relações de produção capitalistas e nas relações de produção de mercadoria simples. Assim como no MPC, o trabalho permanentemente contratado existe e, como na produção de mercadoria simples, o “portador” da propriedade real (a entidade família coletiva) também é “portador” de uso. Por isso é que esse modo de produção é híbrido. Ao mesmo tempo, há diversificação explícita.

Em comparação com o MPC, o modo de produção híbrido é diversificado pelo fato de que o “portador”-“ocupante” da propriedade real é também “portador”-“ocupante” do uso. Assim também podemos concluir que a escala de produção do MPH, o volume de capital empregado pelo indivíduo empregador (a entidade coletiva) e, dessa forma, o número de trabalhadores empregados, devem ser de tal ordem que o empregador (entidade coletiva) *esteja separado apenas parcialmente do uso dos meios de produção*. Sendo assim, o processo de trabalho pode ser apenas em parte um processo de exploração direta do trabalho de outros e apenas uma fração do excedente (se é que ele existe) é produzida pela exploração do trabalho de outros. Em outras palavras, em comparação com o MPC, no caso do MPH, a característica básica (homologia da relação de propriedade e posse) não vem acompanhada da pré-condição necessária (completa separação do proprietário real em relação ao trabalho).

Em comparação com a produção de mercadoria simples, o MPH é diversificado pelo fato de que o “portador”-“ocupante” do uso (trabalho contratado) não é nem “portador”-“ocupante” da propriedade nem “portador”-“ocupante” da posse. Uma vez que não há homologia do uso e propriedade real para a classe “portadora” do uso, a relação de exploração emerge no interior do MPH. Assim, no interior do MPH, duas classes sociais são constituídas. Ambas são fundamentais no sentido de que expressam adequadamente “um atributo social específico” completamente discernível: a classe de produtores imediatos assalariados¹⁷ e a classe que é “portadora”-“ocupante” da propriedade real e (parcialmente) do uso. Essa classe de “pequenos empregadores” é a média burguesia, que como tal se distingue da classe capitalista e da pequena burguesia tradicional.¹⁸

Assim como a produção simples de mercadoria (PSM), a produção híbrida é produção de mercadoria no interior de condições de produção generalizada de mercadorias (capitalismo). Consequentemente, assim como os produtores independentes de mercadorias simples (a pequena burguesia tradicional), os produtores híbridos independentes (a média burguesia) precisam produzir para o mercado, sem que, para tanto, haja coerção extraeconômica para sobreviver (em

17 A classe que é sozinha “portadora”-“ocupante” do uso no MPH (trabalho contratado) pode ser chamada de *falsa classe operária*, para distingui-la da classe operária que se constitui no interior do MPC (Economakis, 2000; 2005).

18 A análise de Carchedi (1977, p.87) a respeito da “velha classe média” se aproxima da argumentação anterior. Conforme ele a concebe, essa classe “inclui aspectos de ambas as classes”, capitalista e operária.

condições competitivas) como entidade coletiva, que, ademais, emprega trabalho contratado.¹⁹

Qual é, portanto, o modelo de reprodução do MPH?

Se a produção capitalista é a “[...]‘*produção pela produção*’”, se “seu objetivo é que o produto individual deveria conter o *máximo de trabalho não pago possível, e isso é alcançado apenas produzindo a finalidade de produzir*” (Marx, 1990, p.1037-1038), e se o objetivo da produção simples de mercadoria é a reprodução do produtor (imediate) da mercadoria simples como proprietário independente real (econômico) dos meios de produção, e esse objetivo pressupõe a manutenção do trabalho familiar sob condições de “autoexploração” aumentada, mais os ganhos adicionais do trabalho assalariado dos membros da família (*status* de semiproletarização), o objetivo da produção híbrida é híbrido na medida em que a necessidade estrutural do trabalho familiar se mistura com a existência de trabalho contratado, ou seja, (potencialmente) explorado. Em outras palavras, a não maximização de lucro coexiste com a “lei” do “*máximo de lucro com mínimo de trabalho*” (Marx, 1990, p.1037).

As classes médias: coincidência ou divergência de práticas de classe?

Afirmando o problema

Conforme demonstrou Labica, não é possível encontrar nenhum tratamento *teórico* a respeito da questão das classes médias nem na obra de Marx e Engels, nem na de Lênin. O que se pode ver nesses textos é uma posição política que afirma que as classes médias estão situadas “entre” as duas classes básicas das sociedades capitalistas e que na luta de classe “oscilam” entre políticas e estratégias burguesas e proletárias. O mesmo é verdade no que se refere à posição de Mao Tse-Tung (1968), que declarou que a pequena burguesia constitui uma classe singular.

Do ponto de vista da sua *situação estrutural de classe*, as subcoletividades da classe média, conforme vimos anteriormente, não são correlacionadas positivamente, mas negativamente. O que as une é, acima de tudo, o fato de que elas *não pertencem* a nenhuma das duas classes do MPC. Essa *característica negativa* não constitui, no entanto, razão suficiente para incluí-las na mesma classe.

Baudelot e Establet (apud Poulantzas, 1975) defenderam que os pequenos -burgueses são afiliados a uma classe específica de acordo com critérios principalmente ideológicos:

A pequena burguesia [...] é composta por estratos sociais heterogêneos [...] Esses diferentes estratos sociais adquirem unidade no nível econômico de forma negativa

19 Essa concepção do MPH é semelhante à abordagem de Wright (1980; 1983; 1997) com relação à distinção entre PSM e MPH ou entre MPC e HMP, mas em diferente perspectiva teórica (ver Economakis, 2000, p.35-136, 396-398).

(eles não são nem burgueses nem proletários) [...] Essa unidade é mantida no nível ideológico e se expressa em compromissos que são constantemente renovados, embora idênticos em sua estrutura, entre a ideologia burguesa e a proletária (Poulantzas, 1975, p.294-295).

Tal abordagem subjetivista (que pressupõe que uma estratégia de classe consciente é um elemento constitutivo da definição das classes sociais fundamentais do capitalismo) não condiz com a abordagem que nós adotamos aqui.²⁰ Que “as ideias da classe dominante são em todas as épocas as ideias dominantes”²¹ significa simplesmente que a ideologia burguesa dominante é também geralmente dominante no interior da classe operária (ainda que de forma modificada em comparação com outras classes).

A primeira e, em nossa opinião, até agora a melhor tentativa documentada, sem recurso a concepções subjetivistas de uma “ideologia ou linha de pensamento proletária”, de proporcionar base teórica para a tese de que as subcoletividades das classes médias são parte da mesma classe, apesar de seus diferentes modos de inserção estrutural nas relações de produção, foi aquela discutida aqui e formulada por Nicos Poulantzas (1974, 1975) com base na sua teoria de “efeitos política e ideologicamente pertinentes”.²²

Sem rejeitar a validade da teoria de “efeitos pertinentes” *como indicador de posições potenciais de classe*, acreditamos, contudo, que a maneira como Poulantzas a utiliza leva a conclusões equivocadas sobre as classes sociais e a uma compreensão falsa desses “efeitos”; não só porque confunde situações estruturais de classe, mas também porque dissocia completamente os apregoados “efeitos” das situações estruturais de classe: *Não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico.*²³

No restante do presente texto apresentaremos argumentos que lançam dúvidas a respeito das conclusões de Poulantzas em relação a todas as categorias de “efeitos pertinentes” correspondentes às subcoletividades da classe média. Argumentaremos, com base no sistema teórico de Poulantzas, que cada uma das subcoletividades da classe média se torna compreensível por meio de “efeitos pertinentes” que são em larga medida *diferentes* dos (e, com frequência, *contradizem os*) “efeitos pertinentes” das outras subcoletividades.

20 Conforme aponta corretamente Ste. Croix (1984, p.102): “Se antigos escravos devem de fato ser considerados como classe, então nem consciência de classe nem atividade política comum [...] podem ter o direito de serem considerados elementos *necessários* em classe”.

21 Cf. Marx; Engels, *The German Ideology [Die Deutsche Ideologie]* (1845-1846).

22 É por isso que, a seguir, nos ocuparemos exclusivamente da argumentação de Poulantzas (1974; 1975).

23 Harnecker (2000, p.127) defende corretamente que: “Não é a mesma coisa falar de classes sociais [...] – [como] resultados básicos das relações de produção – e falar dos *efeitos que essas classes podem produzir* nos diferentes níveis sociais: efeitos ideológicos, políticos e econômicos”.

Conforme já observamos, de acordo com Poulantzas, a nova classe pequeno-burguesa é parte da mesma classe que a pequena burguesia tradicional. A pequena burguesia tradicional se refere aos camponeses pobres, aos pequenos comerciantes e à pequena indústria, que emprega um número insignificante de assalariados. O artesão que contrata mais de cinco assalariados marca “a ascensão de certos pequeno-burgueses ao *status* de pequenos capitalistas” (Poulantzas, 1975, p.328-329). Poulantzas identifica, então, a pequena burguesia tradicional com a média burguesia (chamando ambos de pequena burguesia “tradicional”) e, desse modo, as classes médias em geral (pequena burguesia tradicional, nova pequena burguesia e média burguesia) como pertencentes a uma só classe social, a “pequena burguesia”.

“Efeitos pertinentes”

Exploremos, doravante, o principal argumento implícito nessa abordagem da classe social única.

Poulantzas escreve:

Se certos grupos que à primeira vista podem parecer ocupar diferentes posições nas relações econômicas podem ser considerados como pertencentes à mesma classe, isso ocorre porque essas posições, embora diferentes, têm, contudo, os mesmos efeitos no nível político e ideológico” (1975, p.205).

Sendo assim, “A referência às relações políticas e ideológicas são absolutamente indispensáveis para definir o lugar da pequena burguesia na determinação estrutural de classe” (1975, p.207).

A análise de Poulantzas baseia-se em sua teoria dos “efeitos política e ideologicamente pertinentes”. Os “efeitos pertinentes” adquirem significado particular na identificação da forma como as “classes não fundamentais” devem ser definidas “na sociedade capitalista” (Poulantzas, 1976, p.69). A tese de Poulantzas é que produtores independentes de mercadorias simples (a pequena burguesia tradicional) e os assalariados (produtivos e não produtivos) não incluídos na classe operária (nova pequena burguesia), assim como a média burguesia, são partes de uma mesma classe social, a pequena burguesia, porque elas (as partes) “*se revelam*” através dos mesmos ou idênticos “efeitos pertinentes”; elas “*têm os mesmos efeitos no plano político e ideológico*” (Poulantzas, 1974, p.237).

Os argumentos de Poulantzas podem ser resumidos da seguinte forma:

a) No *plano ideológico*, a *pequena burguesia tradicional* é identificada por meio dos seguintes “efeitos pertinentes”:

- “*Anticapitalismo do status quo*: contra o grande capital e as grandes fortunas, mas ainda assim a favor do *status quo*, pois esse grupo se apega à sua propriedade” (Poulantzas, 1974, p.241).

- “*O mito da ‘passarela’*: [...] a pequena burguesia [tradicional] aspira tornar-se burguesia, por meio da ascensão individual dos ‘melhores’ e ‘mais capazes’” (Poulantzas, 1974, p.241).
- “*O ‘fetichismo do poder’*: [...] [A] pequena burguesia [tradicional] acredita no Estado ‘neutro’ acima das classes. [...] Isso com frequência leva à ‘Estadolatria’” (Poulantzas, 1974, p.241).

A nova pequena burguesia é, da mesma forma, identificada por meio dos seguintes “efeitos pertinentes”:

- “*Anticapitalismo do status quo*” (Poulantzas, 1974, p.242), que é, contudo, experimentado do ponto de vista do assalariado e, portanto, “se apoia fortemente em ilusões reformistas”. Pode ser resumido como “redistribuição de renda por meio de uma ‘justiça social’” (Poulantzas, 1975, p.290).
- “*A passarela*: aspirações de ascensão social. A tendência ideológica para vislumbrar a ascensão e ‘promoção’” (Poulantzas, 1974, p.242). “Para a nova pequena burguesia isso [a estratégia de mobilidade] se concentra particularmente sobre o aparato educacional, dado o papel da educação nesse aspecto [...] [e] sobre as demandas por ‘democratização’ dos aparatos, de forma que eles ofereçam ‘oportunidades iguais’ aos indivíduos mais aptos a participar da ‘renovação das elites’” (Poulantzas, 1975, p.292).
- “*Fetichismo do Poder*” (Poulantzas, 1974, p.242), por meio de “uma atitude complexa de identificação que a pequena burguesia tem com o Estado, o qual ela vê como sendo por direitos *seu* Estado, *seu* representante legal e organizador político” (Poulantzas, 1975, p.293).

b) No *plano político*, e em momentos de *crise política*, tanto a pequena burguesia tradicional como a nova revelam, de acordo com Poulantzas, “efeitos pertinentes” idênticos:

- Apoio ao Estado (com o qual mantém identificação ideológica) e, dessa forma, apoio (mediado) à burguesia.
- Intervenção instável e vacilante na conjuntura política de crise, “manifestada no fato conhecido de sua instabilidade política [...] entre uma posição de classe burguesa e proletária [...] (o desenvolvimento na França entre maio e julho de 1968 é um exemplo)” (Poulantzas, 1975, p.298).

Entretanto, Poulantzas reconhece que há frações da nova pequena burguesia que, ao ocupar posições hierárquicas mais baixas no processo de produção capitalista e no aparelho estatal, poderiam ser polarizadas em direção à classe operária. Mais precisamente, de acordo com Poulantzas (1975, p.314 et seq.), tais frações são três. A primeira delas, entre outras, “inclui a grande maioria do nível inferior dos trabalhadores no setor comercial (vendedores etc.)”; à segunda fração pertencem os “agentes subalternos dos setores burocratizados públicos e privados”; e finalmente a terceira (ver também acima) “é aquela dos técnicos e engenheiros subalternos diretamente envolvidos no trabalho produtivo”.

- c) Finalmente, no *plano da estratégia de classe*, Poulantzas também considera que todas as classes médias apresentam os mesmos “efeitos pertinentes” pela ausência de uma estratégia autônoma de classe: Elas “não podem ter interesses políticos ‘próprios’ a longo prazo” (Poulantzas, 1974, p.243).

Situações estruturais de classe e posições ideológicas potenciais de classe

Do nosso ponto de vista, a análise de Poulantzas a respeito das classes sociais confunde situações estruturais de classe e posições ideológicas *potenciais* de classe das classes médias.

- a) No que diz respeito às *posições político-ideológicas* das subcoletividades da classe média:

As categorizações de Poulantzas (“anticapitalismo”, “aspirações de ascensão social”, “fetichismo de poder” etc.) são muito genéricas (em essência são os elementos agregadores da ideologia burguesa geralmente prevalente), e por essa razão obscurecem as *formas particulares* pelas quais elas aparecem em cada uma das coletividades de classe examinadas aqui.

Lembrando ao leitor que a “pequena burguesia tradicional”, conforme Poulantzas, corresponde à pequena burguesia tradicional mais a média burguesia, podemos afirmar o seguinte:

Por um lado, o “*anticapitalismo*” da *média burguesia* é dirigido contra grandes companhias capitalistas (que “dominam as menores”). Por outro lado, esse compromisso de classe com o *status quo* é principalmente um compromisso contra a “redistribuição” (aumento do custo do trabalho) e, sob esse aspecto, a média burguesia se aproxima dos interesses de classe da classe capitalista. Além disso, a aspiração por ascensão social é registrada na matriz do MPH (uma vez que o lucro constitui, ainda que de forma inconsistente, um dos objetivos da produção híbrida), e isso situa a média burguesia estrategicamente no campo capitalista.

O “*anticapitalismo*” da *pequena burguesia tradicional* encontra seus limites no seu desejo de reproduzir a si própria como classe detentora dos meios de produção – um ponto de vista parecido com aquele da média burguesia (Pannekoek, 1909). Entretanto, ao contrário da média burguesia, a pequena burguesia tradicional favorece a “redistribuição da riqueza”, uma vez que sua reprodução (como classe de proprietários) não depende da exploração de trabalho alheio mas, mais ou menos, dos salários adicionais provenientes de trabalho assalariado. Esse último aspecto (i.e., o *status* de semiproletarização), bem como a “autoexploração” intensa da pequena burguesia tradicional na prática da produção (em relação à média burguesia), talvez a torne mais próxima da classe operária, sob condições específicas da conjuntura social.

A nova pequena burguesia, ao contrário, ocupa o quadro médio e as posições inferiores de gerência nas grandes empresas. Ela quer ver o desenvolvimento dessas empresas, ou seja, “a economia do país se desenvolver” (Cliff, 2000), o

aumento de “competitividade” etc., e desse ponto de vista seu “anticapitalismo” é o oposto daquele da média burguesia e da pequena burguesia tradicional. Ele se aproxima, em parte, daquele da pequena burguesia tradicional com relação à questão da “redistribuição” de renda, já que isso favorece a “redistribuição de riqueza”. Mas em comparação com ambas as outras coletividades de classe média, a nova pequena burguesia também é favorável ao aumento das responsabilidades para aqueles que comandam o conhecimento e estão nas posições intermediárias na hierarquia do Estado ou da empresa, que estão sendo “estrangulados por falta de reconhecimento”.

As aspirações de ascensão social da nova pequena burguesia devem ser identificadas com seu progresso nas grandes corporações ou no aparelho estatal. Sua relação com a grande empresa capitalista e o Estado é de *interioridade*. No caso tanto do médio burguês como do pequeno burguês tradicional, sua relação com a grande empresa é *contraditória*, e a relação de ambos com o Estado é de *exterioridade*. Eles demandam uma política econômica e de impostos que os proteja da competição capitalista.

Especialmente com respeito ao Estado, a nova pequena burguesia que ocupa o aparelho estatal (e também empresas capitalistas juridicamente sob propriedade pública) considera o Estado como seu próprio Estado, conforme também indica Poulantzas. Eles reivindicam a “democratização” das instituições e dos procedimentos, por intermédio da qual estenderão suas próprias responsabilidades e competências (mentais-educacionais-científicas) no Estado e na empresa. No entanto, ao contrário, médios burgueses e pequenos burgueses tradicionais, em virtude de suas relações exteriorizadas com o aparelho estatal, demonstram seu fetichismo de Estado e poder ao defender os valores tradicionais da ideologia dominante, e especialmente da “*família*”.²⁴

b) Com relação à *polarização* das subcoletividades de classe média em circunstâncias de crise política de representação ou mesmo em circunstâncias “normais”:

Tem sido repetidamente demonstrado no curso da história que em fases de desestabilização e desintegração das relações parlamentares de representação, a pequena burguesia tradicional (no sentido de Poulantzas) é atraída pelo fascismo, serve aos *movimentos de extrema direita* e constitui a maioria de sua base popular. De fato, com frequência, essa tendência também se faz evidente em períodos

24 O próprio Poulantzas (1975, p.296), ao analisar a posição da pequena burguesia que ele chama de tradicional em relação ao Estado, admite que: “O principal papel aqui não se aplica ao aparato educacional [...], mas sim àquele aparato muito específico proporcionado pela família, a unidade da família desempenhando um papel específico na existência econômica desses agentes”. Se assim é, e uma vez que a importância da coerência da família-entidade coletiva é muito mais crucial no caso do processo de trabalho da produção de mercadoria simples do que no MPH, nós poderíamos esperar que os valores tradicionais seriam por excelência os valores das entidades da pequena burguesia tradicional (tal como nós a concebemos).

nos quais os laços de representação dos “cidadãos” pelos partidos políticos são simplesmente afrouxados, ou em períodos nos quais o Estado está passando por uma reestruturação conservadora. No que diz respeito especialmente ao fascismo, esse apoio poderia ser interpretado por elementos específicos do atributo comum de anticapitalismo-dentro-do-capitalismo que a média burguesia e a pequena burguesia tradicional compartilham em relação às declarações “antiplutocráticas” do fascismo. Poulantzas (1974, p.254) escreve com relação a isso: “O aspecto anticapitalista das aspirações pequeno-burguesas tem um importante papel nisso. Declarações contra o ‘grande-capital’ dirigiam-se principalmente àquelas frações do grande capital cujos interesses prejudicavam de forma mais evidente aqueles da pequena burguesia clássica”.

Ademais, conforme afirma Poulantzas,

a pequena burguesia ‘tradicional’ [...] é mais fortemente atraída pelos *movimentos de direita extremistas* em conjunturas ‘normais’ do que a nova pequena burguesia: por exemplo, o *McCartismo* nos Estados Unidos e o *Poujadismo* na França (1974, p.244).

Ao contrário, portanto, a nova pequena burguesia, no tocante à sua propensão a favorecer a “democratização do Estado” e o crescimento de competências coletivas, é em larga medida orientada para a atividade sindical e partidos políticos reformistas, assim como constitui proporção significativa dos agentes da *revolução socialista*:

Após a guerra, uma parte da pequena burguesia parece ter pendido, em graus variados, para o lado da classe operária. Empregados e servidores civis participaram abertamente das grandes greves e demonstrações nas ruas, e se filiaram aos sindicatos. Eles também deram apoio eleitoral [...] à social democracia, e mais raramente ao Partido Comunista (Poulantzas, 1974, p.260).

Na mesma direção analítica devemos também lembrar que o autor admite que dentro da nova pequena burguesia formam-se três frações (“vendedores”, servidores subordinados e técnicos e engenheiros subordinados) que poderiam ser polarizadas objetivamente em direção à classe operária. Entretanto, como já argumentamos, uma dessas frações (aquela dos “vendedores”) é estruturalmente parte da classe operária e não da nova pequena burguesia.²⁵

25 Para o caráter “mais proletário” da camada inferior da nova classe média (nova pequena burguesia), ver Pannekoek (1909).

Pelo exposto anteriormente, os “efeitos política e ideologicamente pertinentes” de Poulantzas não podem definir uma classe social única e, de qualquer forma, eles não podem suplantar a determinação estrutural de classe no nível econômico.²⁶

c) Com relação à “falta de uma estratégia de classe autônoma” nas classes médias:

Enquanto a falta de um *interesse de classe estratégico* (a perspectiva potencial de um poder de classe próprio) é patente no caso da média burguesia e pequena burguesia tradicional, uma vez que, como classes sociais fundamentais do capitalismo, seu modelo de reprodução socioeconômico existe exclusivamente sob (e corresponde às) condições de propriedade privada (capitalista),²⁷ o mesmo não é obviamente verdade para a nova pequena burguesia.²⁸ A despeito da “consciência” individual ou coletiva, a tendência ao controle das empresas e do aparelho estatal, que deriva da posição de classe da nova pequena burguesia, envolve potencialmente a perspectiva de transição em direção ao regime de “capitalismo de Estado” (“socialismo real”), seguindo o modelo que surgiu primeiramente na Rússia – URSS pelo menos no final dos anos 20 (Cliff, 1955), e na Europa Oriental após 1945 ou em alguns países do Terceiro Mundo.²⁹

Principalmente nos regimes capitalistas de Estado da Europa Oriental após 1945, a “classe burguesa de novo tipo”,³⁰ que ganhou o controle da propriedade real (propriedade e posse) dos meios (juridicamente) “públicos” de produção (e também o controle da mais-valia gerada), resultou da transformação e ascensão ao poder de setores da nova pequena burguesia. Ainda que nesses casos a nova pequena burguesia (ou ainda parte de sua camada superior) *seja transformada*

-
- 26 Para uma crítica ver também Wright (1980) e Laclau (1977). Ao identificar, assim como Poulantzas, a pequena burguesia tradicional com a burguesia média, Pannekoek (1909) aponta, contudo, que: “Em seu caráter essencial, em sua função econômica, a nova classe média [nova pequena burguesia] difere completamente da velha. [...] A afirmação de que a nova classe ocupa a mesma posição na luta de classes que [...] a pequena burguesia [média burguesia e pequena burguesia tradicional] mostrou-se equivocada”.
- 27 Conforme coloca Pannekoek (1909), “apesar das desvantagens de sua posição”, por causa da competição capitalista, “pequenos capitalistas [média burguesia e pequena burguesia tradicional]” são “suportes do capitalismo”.
- 28 De acordo com Pannekoek (1909): “A nova classe média [nova pequena burguesia] não tem o menor interesse em manter para os outros um privilégio [propriedade privada dos meios de produção] do qual ela própria não usufrui”.
- 29 A nova pequena burguesia “conseguiu, em certos regimes e certas crises políticas, desalojar uma grande parte da velha burguesia e tomar o seu lugar [...] (o caso do Egito de Nasser, por exemplo) [...] sob a forma de burguesia de Estado” (Poulantzas, 1975; 1974, p.297). Segundo Cliff (2000), os intelectuais (a nova pequena burguesia) “são os principais militantes do Comunismo [ou seja, do capitalismo de Estado] nas nações emergentes”. O pressuposto teórico era o de que “o socialismo era [...] a precondição para o progresso no ‘Terceiro Mundo’” (Howard; King, 2001, p.118), ou seja, conforme já colocamos, a “visão” da nova pequena burguesia a respeito “do desenvolvimento da economia do país”.
- 30 Bettelheim (1970); Der X (1973); Tsé-Tung (1975; 1976).

em burguesia (de Estado),³¹ a estratégia dessa transformação potencial constitui um “efeito pertinente”, que pode ser localizado na situação de classe da nova pequena burguesia.

Epílogo

A análise exposta aqui representa uma formulação preliminar de teses e argumentos que devem proporcionar uma base para a interpretação segundo a qual a nova pequena burguesia não constitui uma classe social única no interior do capitalismo mas é polarizada em três classes: a pequena burguesia tradicional, a nova pequena burguesia e a média burguesia. Essa conclusão baseia-se no pressuposto teórico de que não pode haver uma definição singular de classe para todas as subcategorias da classe média em nível econômico, e que não pode haver qualquer definição de classe nos níveis político e ideológico em contraste com a definição no nível econômico. A pequena burguesia tradicional é a classe de produtores independentes de mercadorias simples, ou seja, a classe formada no interior da produção simples de mercadorias; a nova pequena burguesia é a classe social intermediária de assalariados que exercem poder em nome do sistema capitalista, no interior do processo de produção capitalista (MPC) e de sua reprodução social (Estado capitalista/aparelhos repressores – aparelhos ideológicos); finalmente, a média burguesia é a classe dos pequenos empresários autoempregados que exploram força de trabalho assalariada em pequena proporção, ou seja, a classe formada no interior do MPH.

Analisando criticamente as teses de Poulantzas sobre a determinação de classe, concluímos que elas levam a falsas conclusões: apreensões equivocadas na definição de classes sociais no nível econômico devido a critérios errôneos ou deficientes de determinação de classe, de modo a definir uma classe operária restrita e uma nova pequena burguesia inflada, e a identificar uma classe social exploradora com uma não exploradora (pequena burguesia tradicional – média burguesia). Além disso, levam a uma apreensão equivocada das posições políticas e ideológicas potenciais das classes médias, o que se deve à forma como ele aplica seus “efeitos pertinentes”.

Enfocando as posições potenciais das classes médias, concluímos que cada uma dessas coletividades de classe produz “efeitos pertinentes” específicos ou de qualquer forma diferentes uns dos outros. Esses “efeitos” emergem de e correspondem às peculiaridades das características estruturais de classe de cada coletividade da classe média.

A tabela a seguir codifica alguns principais pontos de nossas conclusões.

31 Poulantzas (1975, p.297) estava, portanto, certo quando observou que: “Nesses casos [...] é como burguesia, cujo lugar ela ocupou, que ela é uma classe politicamente dominante, e não como pequena burguesia”.

Tabela 1

Situações de Classe e Posições Potenciais de Classe das Classes Médias			
	Média burguesia	Pequena burguesia tradicional	Nova pequena burguesia
Situações de Classe			
	Modo de produção híbrido (MPH)	Produção simples de mercadoria (PSM)	Nível econômico (MPC) e nível não econômico
Propriedade real dos meios de produção [propriedade mais posse]	sim	sim	não
Uso dos meios de produção	parcial	sim	não
Posições Potenciais de Classe			
Posições Político-ideológicas			
“Anticapitalismo”			
Como oposição a empresas e companhias capitalistas	sim	sim	não
Como oposição à propriedade privada	não	não	possivelmente
Como redistribuição de riqueza	não	sim	sim
Aspirações à ascensão social			
Por meio do lucro	possivelmente	não	não
Por meio da ascensão em grandes empresas e no aparelho estatal	não	não	sim
Relação com a empresa capitalista	externa	externa	interna
Nível de coesão da unidade familiar	parcial	sim	não
Polarização política			
Em favor de			
Movimentos de extrema direita	sim	sim	não
Movimentos reformistas	não	não	sim
Estratégia de classe autônoma			
	não	não	possivelmente

Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem... • 81

Referências bibliográficas

- ALBRITTON, R. Agrarian Capitalism: A Response to Michael Zmolek. *The Journal of Peasant Studies*, n.28/1, 2000, p.147-154.
- ALTHUSSER, L. *Positions* (1964-75). Paris: Ed. Sociales, 1976.
- _____. *Pour Marx*. Paris: Editions la Decouverte, 1986a.
- _____. Reply to John Lewis. In: ALTHUSSER, L. *Essays on Ideology*. London: Verso, 1984.
- _____.; BALIBAR, É. *Reading Capital*. London: Verso/New Left Books, 1986.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *La question paysanne et le capitalisme*. Paris: Anthropos, 1974.
- BALIBAR, É. Sur le concept marxiste de la “division du travail manuel et du travail intellectuel” et la lutte des classes. In: BELKHIR, J. (ed.) *L'intellectuel: L'intelligentsia et les manuels*. Paris: Anthropos, 1983, p.97-117.
- _____. Klassen/Klassenkampf. In: LABICA, G.; e BENSUSSAN, G. (eds.) *Kritisches Wörterbuch des Marxismus*, v.4, Berlin: Argument, 1986, p.615-636.
- BANAJI, J. The Peasantry in the Feudal Mode of Production: Towards an Economic Model. *The Journal of Peasant Studies*, n.3, 1976, p.299-320.
- _____. Modes of Production in a Materialist Conception of History. *Capital & Class*, n.3, 1977, p.1-43.
- BERNSTEIN, H. African Peasantries: a Theoretical Framework. *The Journal of Peasant Studies*, n.4, 1979, p.421-443.
- BETTELHEIM, Ch. *La Transition vers l'économie socialiste*. Paris: Maspero, 1968.
- _____. *Calcul économique et formes de propriété*. Paris: Maspero, 1970.
- _____. *Révolution culturelle et organisation industrielle en Chine*. Paris: Maspero, 1973.
- CARCHEDI, G. *On the Economic Identification of Social Classes*. London: Routledge & Kegan Paul, 1977.
- CHEVALIER, J. M. *Civilisation and the Stolen Gift: Capital, Kin, and Cult in the Eastern Peru*. Toronto Buffalo London: University of Toronto Press, 1982.
- _____. There is Nothing Simple about Simple Commodity Production. *The Journal of Peasant Studies*, n.10/4, 1983, p.153-186.
- CLIFF, T. *State Capitalism in Russia*, disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1955/statecap/index.htm>>, 1955. Acesso em fev. 2011.
- _____. *Marxism at the Millennium*, disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/cliff/works/2000/millennium/index.htm>>, 2000. Acesso em fev. 2011.
- DEDOUSSOPOULOS, A. *Capitalism, Simple Commodity Production and Merchant Capital: The Political Economy of Greece in the 19th century*, Ph.D. Thesis. University of Kent at Canterbury: Photocopy offprint, 1985.
- DER X. *Parteitag der Kommunistischen Partei Chinas*. Peking, 1973.
- ECONOMAKIS, G. E. *Historical Modes of Production, Capitalist System and Agriculture* (in Greek). Athens: Ellinika Grammata, 2000.
- _____. Definition of the capitalist mode of production: a re-examination (with application to non-capitalist modes of production). *History of Economics Review*, n.42, 2005, p.12-28.

- GERSTEIN, I. (Re)Structuring Structural Marxism, *Rethinking Marxism*, n.2/1, 1989, p.104-133.
- GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *From Peasant to Proletarian: Capitalist Development and the Agrarian Transition*. New York: St. Martin's Press, 1982.
- GRAMSCI, A. The Intellectuals. In: *Selections from the prison Notebooks*, London: Lawrence and Wishart, 1971, p.3-23.
- HOWARD, M. C.; KING, J. E. "State Capitalism" in the Soviet Union. *History of Economics Review*, n.34, 2001, p.110-126.
- HARNECKER, M. *Conceptos elementales del materialismo historico*. Havana, 2000.
- HARRISON, M. The Peasant Mode of Production in the Work of A. V. Chayanov. *The Journal of Peasant Studies*, n.4, 1977, p.323-336.
- HINDESS, B.; HIRST, P. Q. *Pre-capitalist Modes of Production*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- JESSOP, B. *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. London and Basingstoke: Macmillan Publishers LTD, 1985.
- LABICA, G. Kleinbürgertum, Kleinbourgeoisie, Mittelstand. In: LABICA, G.; BENSUSSAN, G. (eds.). *Kritisches Woerterbuch des Marxismus*, v.4, Berlin: Argument, 1986, p.637-645.
- LACLAU, E. *Politics and Ideology*. In: *Marxist Theory: Capitalism-Fascism-Populism*. London: NLB, 1977.
- LENIN, V. I. The agrarian question and the "critics of Marx". In: *Collected Works*, 4th English Edition, v.5, Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1961, p.103-222.
- TSE-TUNG, M. Analyse der Klassen in der chinesischen Gesellschaft. In: TSE-TUNG, M. *Ausgewälte Werke*, v.1, p.9-19, Beijing, 1968.
- _____. *On Constructing Socialism*. A Critique to Stalin and the USSR (in Greek). Athens: Ekdoseis Tou Laou, 1975.
- _____. *Excerpts from the Cultural Revolution* (in Greek). Athens: Politistiki Epanastasi, 1976.
- MARTIN, J. A Replay to Banaji on the Feudal Mode of Production. *The Journal of Peasant Studies*, n.4, 1977, p.390-393.
- MARX, K. Theories of Surplus Value, Part I. London: Lawrence & Wishart, 1975.
- _____. *Capital*, v.1. London: Penguin Classics, 1990.
- _____. *Capital*, v.3. London: Penguin Classics, 1991.
- _____. *Grundrisse*. London: Penguin Classics, 1993.
- MILIOS, J. Preindustrial Capitalist forms: Lenin's Contribution to a Marxist Theory of Economic Development, *Rethinking Marxism*, n.11/4, 1999, p.38-56.
- _____. Social Classes in Classical and Marxist Political Economy, *The American Journal of Economics and Sociology*, n.59/3, 2000, p.283-302.
- MILIOS, J.; DIMOULIS, D.; ECONOMAKIS, G. *Karl Marx and the Classics*. An Essay on Value, Crises and the Capitalist Mode of Production. Aldershot, Burlington USA, Singapore, Sydney: Ashgate, 2002.
- MURRAY, P. Marx's "Truly Social" Labor Theory of Value: Abstract Labor in Marxian Value Theory, Part II. *Historical Materialism*, n.7, 2000, p.99-136.

- PANNEKOEK, A. The New Middle Class. *International Socialist Review*, disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/pannekoe/1909/new-middle-class.htm>>, 1909.
- PESTIEAU, J. The changes in the composition of the working class and the proletariat, International Communist Seminar – Workers’ Party of Belgium, Brussels, May 2-4, disponível em: <<http://www.wpb.be/icm/98en/98en06.html>>, 1998. Acesso em fev. 2011.
- POULANTZAS, N. *Political Power and Social Classes*. London: New Left Books and Seed & Ward, 1973a.
- . On Social Classes. *New Left Review*, n.78, 1973b, p.27-54.
- . *Fascism and dictatorship: The Third International and the Problem of Fascism*. London: NLB, 1974.
- . Classes. In: *Contemporary Capitalism*. London: NLB, 1975.
- . The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau. *New Left Review*, n.95, 1976, p.63-83.
- RESNICK, S.; WOLFF, R. Classes in Marxian Theory. *The Review of Radical Political Economics*, n.13/4, 1982, p.1-18.
- . *Class Theory and History: Capitalism and Communism in the U.S.S.R*. New York: Routledge, 1982.
- REY, P.-Ph. Sur l’ Articulation des Modes de Production (Cahier 1 & 2). *Problèmes de Planification*, n.13/14, École des Hautes Etudes (VIe Section), Centre d’ Etudes de Planification Socialiste. Sorbonne – Paris, s/d.
- . *Les Alliances de Classes*. Paris: François Maspero, 1973.
- RICHARDS, A. *Development and Modes of Production*. In: *Marxian Economics: A Critical Evaluation*. Chur – London – Paris – New York: Harwood Academic Publishers, 1986.
- STE. CROIX, G. E. M. de. Class in Marx’s Conception of History, Ancient and Modern, *New Left Review*, n.146, 1984, p.92-111.
- VERGOPOULOS, K. The Agrarian Question. In: *Greece: The Social Incorporation of Agriculture*, S. Amin, Prologue to the 3rd Edition (in Greek). Athens: Exantas, 1975.
- WRIGHT, E. O. Varieties of Marxist Conceptions of Class Structure. *Politics & Society*, n.9/3, 1980, p.323-370.
- . Class Boundaries and Contradictory Class Locations. In: GIDDENS, A.; HELD, D. (eds.). *Classes, Power, and Conflict: Classical and Contemporary Debates*, p.112-129, London and Basingstoke: The Macmillan Press LTD, 1983.
- . *Classes*. London; New York: Verso, 1997.